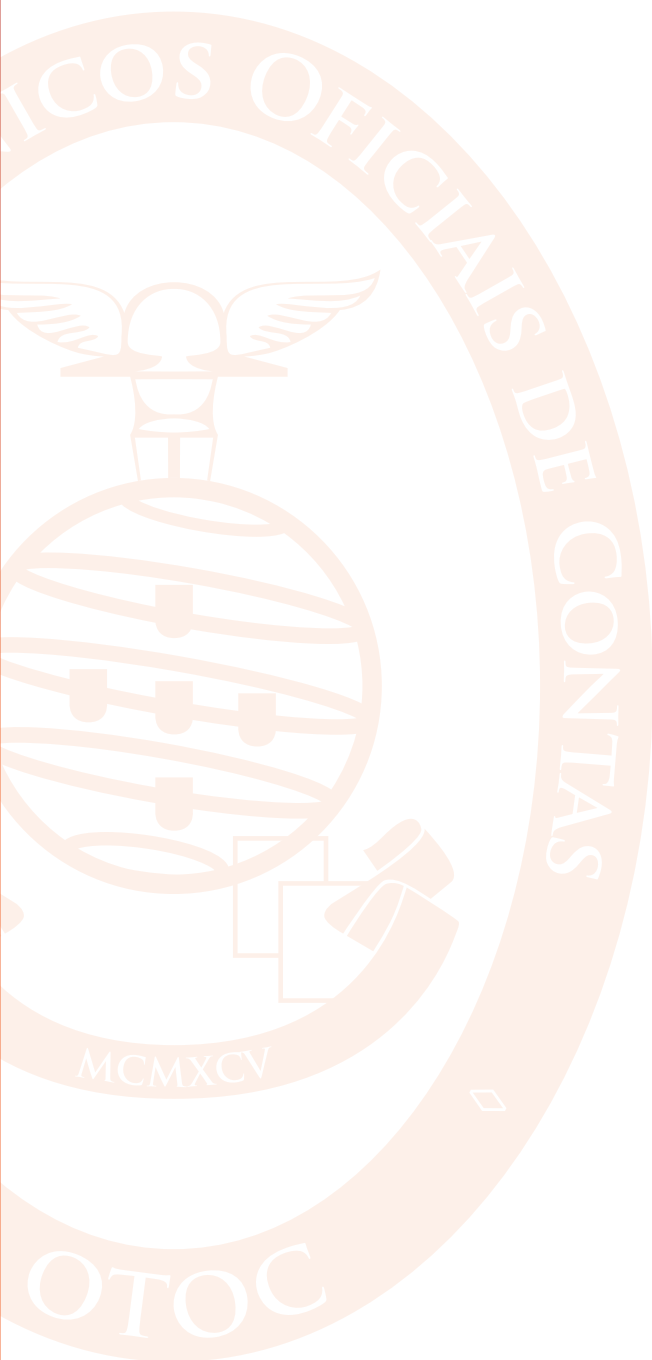


PLANO 2013

DE ATIVIDADES
E ORÇAMENTO



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS



PLANO DE ATIVIDADES 2013

- 4 I ■ INTRODUÇÃO
- 4 II ■ ESTRATÉGIA GLOBAL DE AÇÃO
- 5 III ■ FORMAÇÃO
- 6 III.I ■ FORMAÇÃO EVENTUAL
- 6 III.II ■ FORMAÇÃO SEGMENTADA
- 6 III.III ■ FORMAÇÃO PERMANENTE
- 6 III.IV ■ REUNIÕES LIVRES
- 7 III.V ■ FORMAÇÃO À DISTÂNCIA
- 7 IV ■ COMUNICAÇÃO
- 9 V ■ APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS
- 11 VI ■ APOIO SOCIAL AOS MEMBROS
- 13 VII ■ RELAÇÕES INTERNACIONAIS
- 14 VIII ■ OUTRAS AÇÕES
- 17 IX ■ CONCLUSÕES

ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2013

- 18 INTRODUÇÃO
- 18 CONTEXTO GERAL
- 19 RENDIMENTOS
- 21 GASTOS
- 24 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS
- 25 CONCLUSÃO
- 26 PARECER DO CONSELHO SUPERIOR SOBRE PLANO DE ATIVIDADES PARA 2013

I ■ INTRODUÇÃO

A visão que nos é possível construir a partir de alguns elementos da situação nacional e internacional não é geradora de grandes expectativas quanto à evolução da crise econômica e financeira, o que, de algum modo, acaba por condicionar a leitura que fazemos do passado recente. Não vivemos num mundo isolado. Somos parte integrante de uma sociedade e, como tal, estamos sujeitos aos efeitos da crise, não obstante o nosso permanente esforço no sentido que ela seja o menos dolorosa possível para os técnicos oficiais de contas.

Daí que o documento onde vertemos as nossas ideias, sonhos e projetos, onde procuramos antever a evolução da nossa profissão, nos surja influenciado por esse enquadramento.

Para além disso, o ano de 2013, nos termos das disposições estatutárias, é um ano em que os membros serão, uma vez mais, chamados a eleger os profissionais que entendam melhor qualificados para gerirem os destinos da sua Ordem.

A experiência construída ao longo dos 17 anos em que nos confiaram a gestão dos destinos da profissão constitui uma garantia do saber que colocaremos, uma vez mais, ao serviço dos membros.

Novos problemas exigem novas soluções. Estamos, por isso, atentos à evolução dos projetos, colocando a nossa dinâmica, ação e criatividade ao serviço da sua evolução e propiciando, por essa via, um crescimento oportuno, integrado e sustentado à profissão.

Essa é, sempre foi e será, a nossa grande preocupação. É uma garantia que não encontra fundamento apenas nas palavras mas, sobretudo, nas ações praticadas todos os dias, construindo paulatinamente uma profissão melhor, credível e respeitada.

Essa é a nossa motivação, o nosso rumo, a nossa orientação. Nesse sentido, apresentamos para 2013 a seguinte estratégia:

II ■ ESTRATÉGIA GLOBAL DE AÇÃO

É hoje consensual, salvo quando outros interesses para além dos racionais se interpõem na capacidade cognitiva dos intervenientes, que a nossa profissão tem vindo a conquistar de forma paulatina e segura a confiança da sociedade e das entidades, não obstante as dificuldades com que todos os dias nos deparamos.

Conquistámos a pulso a credibilidade da sociedade, demonstrando que

temos uma meta, um rumo e um destino para a profissão.

Intervenções de âmbito social, aparentemente sem correlação direta com os profissionais, têm-se revelado de enorme importância para a visibilidade da profissão, para um mais profundo enraizamento dos profissionais no seu meio e, em nossa opinião, dando-lhes uma imagem de preocupação sobre os problemas e uma visão construtiva da sua evolução.

Nos fenómenos de intervenção social é necessário compreender que nem sempre devem surgir como diretamente aliados aos seus objetivos, o que pode levar a que o mérito que intrinsecamente podem possuir se esmoreça.

A Ordem tem tido esta preocupação nos projetos que tem encetado, pretendendo continuar a confluir as suas realizações para aquele fim, independentemente da sua natureza. Por isso, um dos objetivos a atingir em 2013, é não só a consolidação da credibilidade construída ao longo de diversos anos, com particular relevo para 2012, mas também continuar a evoluir nesse sentido e numa maior visibilidade da profissão, a nível interno e externo.

A credibilidade de uma profissão não se pode avaliar apenas por este ou aquele fenómeno, ou por esta ou aquela vertente, mas sim pelo con-

junto homogéneo de ações, valores e princípios que elegemos como basilares dos nossos atos.

Por isso, não obstante pretendermos dar prioridade a algumas orientações, nunca poderemos esquecer os valores até hoje construídos, pelo que continuarão, de forma genérica, a constituir para nós uma permanente preocupação.

Um dos aspetos que merecerá atenção especial em 2013, prende-se com a abertura e aprofundamento de colaboração com os países de língua portuguesa, trocando com eles experiências e tecnologias, ajudando-os nesta fase tão importante da criação e desenvolvimento das suas organizações profissionais.

O projeto de transferência de conhecimentos idealizado por Portugal e Brasil tem-se revelado excelente veículo de transmissão de ideias e pensamentos para os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), pelo que a sua manutenção e desenvolvimento será também uma das nossas preocupações.

De forma genérica, e em resumo, poderia classificar-se 2012 como o ano em que a profissão salta verdadeiramente as fronteiras e se consolida junto dos países da CPLP sem que, no entanto, se menosprezem questões importantes de ordem qualitativa, rigor e consistência profissional.

O que aqui se afirma não invalida que não tenhamos os olhos permanentemente abertos para a nossa realidade e, conhecendo os momentos difíceis que os profissionais atravessam, que procuremos encontrar as soluções mais adequadas para os problemas.

Nesse sentido, pensamos, já em janeiro, disponibilizar uma ferramenta aos membros que efetivamente exercem a profissão, no sentido de possibilitar de forma automática o cumprimento das novas exigências introduzidas no IVA pelas recentes alterações legislativas, que iremos designar por «TOCOnline», criando maior facilidade de relacionamento entre os profissionais e os seus clientes.

Estas são as nossas perspetivas, os nossos sonhos, os nossos desejos e objetivos.

Queremos continuar a sonhar, a construir, a desassossegarmos, a intervir, a sermos nós próprios sem peias nem restrições, a não ser as que a razão impõe e, com a nossa força, vontade e capacidade de trabalho, pensamos conseguir realizar o que nos propomos:

III ■ FORMAÇÃO

É nossa profunda convicção, e temo-lo dito por diversas vezes, que a credibilidade de qualquer profissão

é diretamente proporcional às preocupações de qualidade, responsabilidade e rigor colocado no seu exercício.

As permanentes alterações aos quadros normativos em que se suporta a atividade dos técnicos oficiais de contas, com especial relevo para as de índole fiscal, conferem à nossa profissão um risco muito mais acentuado do que em outras profissões.

Este facto, aliado ao historial na nossa profissão onde o rigor nem sempre foi trave mestra, levam a que a formação, entendida como um aprofundar dos conhecimentos obtidos ao longo da vida, assimilando a evolução dos quadros normativos, não é possível de ser obtida sem que se concentre e desenvolva num quadro de grande esforço formativo.

Por outro lado, a universalidade e heterogeneidade de questões aportadas à profissão, exigem aos TOC uma polivalência muito mais acentuada do que noutras atividades.

Conscientes do descrito, disponibilizaremos no início de 2013 todo o quadro formativo para o ano, consoante a leitura que fazemos das necessidades, o que permite um melhor planeamento da formação, bem como a seleção dos temas mais prementes para cada um.

É dentro desta consciência de necessidade que desenvolveremos a formação sobre as seguintes vertentes:

III.I ■ FORMAÇÃO EVENTUAL

Realizado três vezes no ano, nos meses de janeiro/fevereiro, junho/julho e outubro/novembro, em todas as sedes de distrito e também nas Regiões Autônomas, pretende-se com este tipo de formação levar até aos profissionais a análise sobre as mais recentes alterações nos quadros normativos que se ligam com o exercício da profissão e a necessária sensibilização para aspetos relacionados com a Ordem. É uma formação com a duração de oito horas, onde se abordam as vertentes acima referidas e questões de Ética e Deontologia profissional.

As preocupações de solidariedade profissional, vertidas neste tipo de realização, bem como no que concerne às reuniões livres, são uma manifestação inequívoca do valor de unidade que defendemos quanto à profissão, procurando criar condições de igualdade em todos os locais do país.

Na verdade, elas constituem o exemplo vivo da vontade dos profissionais em se atualizarem nos temas relacionados com a profissão, para além de serem o tipo de formação com mais participações que a Ordem realiza.

Não obstante haver localidades em que esta formação se revela altamente deficitária, pensamos que todos os profissionais, independentemente do lugar onde vivem e trabalham, têm um dever de solidariedade para com os

seus colegas que vivam ou residam em locais menos populosos do país.

É esse espírito de solidariedade que pretendemos manter, não só através de ações específicas, mas também por via da formação.

III.II ■ FORMAÇÃO SEGMENTADA

Quem tem um mínimo de experiência nas áreas de formação, sabe que não é possível num auditório de 200, 500 ou 1 000 participantes, dar oportunidade a todos os profissionais de expor as suas dúvidas e obter dos formadores os esclarecimentos pretendidos.

Daí atribuímos à formação eventual a função de sensibilizar, abordar e, se possível, esclarecer as dúvidas que os profissionais coloquem.

Mas o estabelecimento do diálogo, condição necessária para o esclarecimento, só é viável em pequenos auditórios, com algumas dezenas de participantes.

Formando e formadores numa interação permanente: é isso o que se pretende com este tipo de formação.

Este tipo de formação, muito vocacionado para análise profunda de temas previamente selecionados, tem uma duração compreendida entre oito e 16 horas, realiza-se nas sedes de distrito ou em qualquer outro lugar, nomeadamente em empresas, desde que frequentadas exclusivamente por técnicos oficiais de contas e, desde que se

consiga reunir, no mínimo, 30 interessados na sua frequência.

III.III ■ FORMAÇÃO PERMANENTE

Há temas de maior ou menor complexidade, de maior ou menor envolvimento com outros, de maior ou menor dificuldade de percetibilidade.

Neste elencar de situações, concluímos que o período de 16 horas poderia ser exíguo para tratar os temas mais complexos e de maior dimensão, pelo que criamos a denominada formação permanente.

Tem uma duração compreendida entre 16 e 32 horas, realiza-se nos mesmos locais e nas mesmas condições da formação segmentada, variando apenas a carga horária.

III.IV ■ REUNIÕES LIVRES

As reuniões livres dos técnicos oficiais de contas, iniciativa pioneira, são a mais elementar manifestação da preocupação que a Ordem tem em chegar até aos profissionais, aos seus problemas, anseios e realidades.

Em todas as sedes de distrito do Continente e nas Regiões Autônomas, quinzenalmente, com exceção do mês de agosto e da última quinzena de dezembro, a Ordem disponibiliza aos seus membros os mais conceituados técnicos das áreas conexas com a profissão para, de forma livre e sem

temas previamente selecionados, ouvir as dúvidas dos profissionais e aí esclarecê-las.

Sendo inédito nas profissões de interesse público, esta iniciativa tem-se revelado um espaço fundamental para os profissionais esclarecerem as suas dúvidas, tomarem consciência das suas necessidades e conviverem. Não admira, por isso, que sejam, logo a seguir às formações eventuais, os eventos mais frequentados pelos TOC. Manteremos estas reuniões livres e continuaremos a desenvolver esforços no sentido da introdução de oradores que sejam também TOC, isto é, conforme se anunciou no Plano de Atividades para 2012, oradores integrados na própria profissão, procurando orientar o pensamento mais dentro de um espírito profissional em contrapartida de uma mais acentuada influência fiscal.

III.V ■ FORMAÇÃO À DISTÂNCIA

Não obstante as suas características muito peculiares exige-se, neste tipo de formação, um maior esforço dos formandos. Contudo, pela sua novidade e liberdade que propicia, tem-se revelado fundamental para a aquisição de conhecimentos.

As vertentes em que se sustenta a formação à distância - vídeo, formadores, chat (diálogo) e meios de avaliação de conhecimentos quanto à matéria ver-

tida - constituem, em nossa opinião, verdadeiros fatores chave de sucesso. A agilidade que propicia aos formandos, bem como o facto de chegar a qualquer canto do mundo, desde que exista acesso à internet, hoje fundamental na vida de qualquer cidadão, faz deste meio de formação uma resposta adequada às exigências dos nossos dias.

Os critérios de avaliação têm sido concebidos numa vertente de apoio ao formando e não tanto num meio para aferir do conhecimento das matérias tratadas.

Embora tenhamos consciência de que lidamos com adultos e que o interesse em saber é muito mais importante para eles do que para a instituição, há também a necessidade de, objetivamente, a OTOC avaliar dos méritos ou deméritos dos meios que utiliza para a formação dos seus membros, pelo que em 2013 iremos introduzir critérios de avaliação, só sendo aceite a formação quando se obtiver um valor de aproveitamento a definir.

No decurso de 2013, vamos manter e desenvolver a formação à distância para que ela cumpra a sua missão de formar.

Por outro lado, considerando as suas potencialidades, estamos a desenvolver a adaptação dos meios técnicos para que a formação à distância possa ser frequentada pelos colegas dos

países de língua oficial portuguesa, com especial relevo para Angola e Moçambique, quer com temas próprios daqueles países quer com assuntos da nossa formação

IV ■ COMUNICAÇÃO

A evolução tecnológica aproximou os povos mas, por outro lado, acabou por lhes criar um conjunto de novas realidades que, de forma inteligente, temos que rentabilizar ao serviço da profissão.

Na verdade, conforme o título de uma obra publicada por Thomas Friedman, jornalista americano, «O mundo é plano», as tecnologias da comunicação encurtaram de forma drástica as distâncias entre os povos.

Sendo um fator positivo, esta evolução acaba por exigir de todos comportamentos diferentes, bem como um esforço de competitividade acrescida no universo do exercício das profissões.

As exigências dos nossos dias são completamente diferentes das que se viveram há 20, 30, ou mais anos. Hoje, para sobreviver, temos de nos adaptar às novas realidades que a tecnologia nos oferece.

Não entender esse fenómeno é estar completamente ultrapassado e não estar à altura de responder aos desafios que a vida nos coloca.

Para 2013, pretendemos introduzir alterações substanciais nos meios de comunicação da Ordem e continuar a desenvolver ações para melhorar os existentes. Em concreto:

REVISTA TOC

A Revista TOC manterá a sua publicação mensal e continuará a constituir o meio privilegiado de comunicação entre a Ordem e os seus membros.

Manter-se-á a sua estrutura e iremos procurar maior intervenção dos profissionais, para que a revista seja mais participada pelos membros, o que se traduz no enriquecimento de conteúdos com base em ideias, pensamentos e visão que cada um tem da profissão.

Ainda nesse âmbito, a rubrica designada por «Lugar ao TOC» merecerá uma regularidade permanente, procurando-se que os profissionais de todos os distritos nela participem de forma rotativa.

A distribuição mensal e gratuita da revista contribui de forma decisiva para uma maior e mais profunda perceção da evolução da profissão e da atividade dos seus órgãos legitimamente eleitos.

A distribuição pelas instituições de ensino superior manter-se-á de forma gratuita, constituindo-se como um elo de grande valor para a interligação com a academia contabilística portuguesa.

REVISTA CIENTÍFICA «CONTABILIDADE E GESTÃO»

A revista científica manterá as duas publicações anuais, atualmente em formato eletrónico, o que se tem vindo a verificar desde o seu lançamento, constituindo um importante meio para a divulgação de estudos e ensaios de natureza científica, conferindo à contabilidade o estatuto de ciência fundamental ao desenvolvimento económico e à sustentabilidade da economia nacional.

Não é fácil a manutenção de publicações deste tipo, pois não geram receitas nem produzem resultados que possam ser mensuráveis no domínio financeiro. Num momento em que as instituições académicas lutam com enormes dificuldades orçamentais, a manutenção da revista científica «Contabilidade e Gestão» acaba por preencher um espaço no domínio da divulgação da ciência contabilística de grande importância.

BASE DE DADOS ■ SITOC

Não obstante a sua vocação ter uma característica de maior pendor técnico, este meio de comunicação da Ordem também tem servido para comunicar com os membros e fazer chegar até eles alterações muito importantes, não só no domínio profissional, mas também no domínio associativo. Manteremos, por isso,

este meio como ferramenta fundamental no universo da comunicação. A sua manutenção, redesenho e desenvolvimento constituirá para nós uma preocupação em 2013, estudando critérios e formas da sua utilização no âmbito da colaboração com os países da CPLP, alargando por essa via as enormes potencialidades daquela ferramenta de trabalho e meio de comunicação entre os profissionais.

CANAL OTOC

Este tema tem vindo, ano após ano, a merecer referências nos planos de atividade, não tendo até hoje sido objeto de concretização.

Na verdade, após estudos efetuados, a transmissão, pelo menos da forma como a equacionamos, representaria um investimento muito significativo na sua instalação e manutenção.

A evolução tecnológica tem propiciado um conjunto muito significativo de alternativas aos canais tradicionais, permitindo a transmissão de imagem e som de forma a cumprir os objetivos pretendidos.

Por outro lado, a produção de conteúdos com interesse para os profissionais, de forma a preencher os períodos de emissão, não deixa de constituir também um problema de difícil resolução.

Da análise que efetuamos e das opiniões e comentários que os membros nos têm feito chegar, a utilização do

Youtube tem respondido com eficiência às necessidades.

Não obstante, estamos plenamente conscientes das limitações deste mecanismo, pelo que continuaremos a avaliar a performance do sistema e a tentar encontrar alternativas que nos garantam maior segurança e independência.

Assim, no decurso de 2013, continuaremos a analisar este projeto e a reorientá-lo de acordo com as alternativas que, em nosso entender, melhor cumpram os desideratos pretendidos.

SÍTIO DA ORDEM

O sítio da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (www.otoc.pt), pela quantidade de informação que propicia, tem desempenhado uma inquestionável missão na área da informação, não só pela enorme quantidade de visitantes e intervenções no fórum que, não obstante se situar na área reservada, tem constituído um importante espaço de debate e aprendizagem entre todos.

O fórum que o sítio mantém em permanência tem-se constituído como uma excelente ferramenta de consulta e participação dos profissionais na discussão de temas de índole técnica ou até mesmo associativa.

A sua recente reformulação propicia aos seus utilizadores um diálogo mais amigável e perceptível, bem como uma

arrumação mais ordenada dos inúmeros temas que nele se disponibilizam. Claro que não o vemos como um produto acabado, mas sim como um meio de informação e participação que, a exemplo de outros, tem que ser monitorizado e com permanentes preocupações da sua evolução.

Os cerca de 350 participantes que utilizam assiduamente o fórum podem constituir um enorme potencial de interligação e dinâmica profissional.

PASTA TOC

A «Pasta TOC» e o SITOC são, eventualmente, duas das melhores ferramentas colocadas ao serviço dos profissionais.

A «Pasta TOC» foi concebida como uma porta por onde os profissionais entram na Ordem, participam da sua gestão e na medida em que possibilita, a todo o momento, conhecer o estado em que se encontram as questões colocadas, interagindo numa dinâmica viva e participativa.

Este conceito dos profissionais trabalharem dentro do próprio sistema da Ordem foi pioneiro, sendo depois adotado por muitas outras entidades, nomeadamente a administração pública. Esta ferramenta informática tem um potencial de enorme valia e a Ordem, numa tentativa de reduzir os seus gastos com os correios, em média 100 mil euros por mês, tem vindo a estudar uma forma de alargar a sua utilização.

De facto, é intenção da Ordem, no decurso de 2013, eliminar o papel em todas as suas comunicações, re-direcionar todos os e-mails, faxes e outros tipos de comunicação para a «Pasta TOC», criando um histórico de fácil consulta aos profissionais mas também oferecendo um conjunto de maiores facilidades funcionais aos serviços da Ordem.

Para tanto, a «Pasta TOC» conterá toda a informação relacionada com os membros, quer recebida quer expedida, incluindo o processo desmaterializado de inscrição.

Temos que saber aproveitar as enormes potencialidades que a evolução da informática nos oferece e conceber a sua utilização de forma simples, de modo a que todos a entendamos com a necessária eficiência e segurança dos processos.

V ■ APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS

O rigor, a qualidade e o esforço que temos apelado permanentemente aos profissionais, sabemo-lo por experiência própria, será muito difícil de alcançar se a Ordem não encentrar um conjunto de ações de apoio e aconselhamento.

Este apoio técnico tem tido uma dimensão sem paralelo em Portugal no que concerne ao associativismo

público, considerando as especificidades da profissão, o seu ponto de partida e algumas características históricas.

Com efeito, não obstante já terem passado 17 anos após a criação da entidade reguladora, sabemos que o ponto de partida aconteceu de um patamar demasiado baixo e que impunha-se, a todo o custo, elevar os conhecimentos dos profissionais.

A conceção de um conjunto de ferramentas, meios e serviços, foi fundamental para a enorme alavanca-gem qualitativa que a profissão conquistou.

Se aqueles factos, pelas razões apontadas, foram de indiscutível importância, eles hoje não são menos relevantes como meios e ferramentas para responder aos permanentes desafios colocados.

Desde logo pelo índice de maior exigência que se tem colocado á profissão e também pela maior necessidade que os empresários têm de informação para gerir os seus negócios.

Nestas circunstâncias o profissional tem que ser diferente, numa realidade em que a contabilidade é uma ferramenta de permanente utilização para a gestão.

O técnico oficial de contas tem que deixar de ser considerado um mal necessário que surge apenas para alertar para o pagamento dos im-

postos, para passar a ser o construtor de informação imprescindível para as tomadas de decisão.

Nem sempre esta mudança é fácil, não só pelo lado dos profissionais, mas também, muitas vezes, pelo lado dos empresários que, habituados a um desafio de aventura empresarial, não valorizam devidamente o trabalho dos TOC.

É esta simbiose de atuação em que a característica técnica dos profissionais tem que ser entrosada com a sua capacidade pedagógica e de aconselhamento. Este é um dos grandes desafios da profissão.

Para continuar a vencer estes desafios, como aliás os temos vindo a vencer, é de capital importância que a Ordem compreenda as reais situações em que se exerce a profissão e, a partir desse conhecimento, de forma ordenada e estruturante se encontrem as respostas para as inúmeras questões que a profissão vive quotidianamente. Assim, no decurso do ano de 2013, neste domínio, orientaremos a nossa atividade com as seguintes ações:

Distribuição mensal e gratuita da revista TOC a todos os membros com a inscrição em vigor, que não tenham as quotas atrasadas por período superior a 90 dias.

Implementar um novo prazo de resposta às questões técnicas colocadas pelos membros não superior a 15 dias. Reforçar a equipa interna no sentido

de a dotar com especialistas que conheçam a profissão, de forma a assegurar uma capacidade autónoma de resposta às questões colocadas pelos membros.

Analisar a possibilidade e funcionamento de uma bolsa de emprego a funcionar no sítio da Ordem, com vista a divulgar a disponibilidade dos membros e as eventuais ofertas de empregos no domínio da profissão.

Implementar, no início de 2013 uma ferramenta informática designada por “TOCOnline”, de forma a possibilitar um contacto direto entre os sujeitos passivos e os Técnicos Oficiais de Contas, utilizando as tecnologias informáticas de forma a que os profissionais recebam dos seus clientes as informações necessárias ao desenvolvimento e execução da contabilidade. Em termos práticos esta ferramenta destina-se ao cumprimento das obrigações emergentes das alterações introduzidas no IVA, bem como a possibilitar que sejam os próprios sujeitos passivos a usarem esta ferramenta para comunicarem com o TOC, com especial relevo para as pequenas e médias empresas.

Realização das reuniões livres em todos os distritos do país, no continente e regiões autónomas, de forma a possibilitar que de uma forma direta os membros possam ser esclarecidos das dúvidas suscitadas no exercício da profissão.

Continuar a desenvolver o sistema de comunicação e uso da base de dados (SITOC) da Ordem, no sentido de promover a sua maior interligação com os profissionais e as suas necessidades, nomeadamente na conceção de novas formas de arrumação da informação e uma mais ágil e amigável forma de pesquisa dos temas.

Disponibilização, no sítio da Ordem, em formato digital, das revista científica «Contabilidade e Gestão» e da revista «Finanças Públicas e Direito Fiscal», do Instituto de Direito, Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF).

Lançamento de inquéritos aos profissionais no sentido de melhor perceber as necessidades, bem como obter um maior e mais estruturado conhecimento da profissão em Portugal.

A realização de conferências sobre temas de atualidade profissional, nomeadamente de âmbito internacionais, de forma a possibilitar aos membros o conhecimento sobre a forma critérios, fundamentos e atuação de profissionais de outras regiões do mundo.

VI ■ APOIO SOCIAL AOS MEMBROS

Os valores que até hoje basearam o contexto e a estrutura social, bem como o nosso estilo de vida começam, por efeito da crise económica, a ser colocados em dúvida.

A subordinação dos valores humanos à rendibilidade económica, transforma o homem num número, sem individualização própria, com os seus defeitos, as suas virtudes, os seus sentimentos e as suas emoções, mas também esgota o próprio homem no seu isolamento, sem o calor da amizade, do amor, da solidariedade e da fraternidade.

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, não obstante o rigor com que pauta a sua atuação, exigindo o mesmo aos seus membros, entende que o valor da solidariedade, da humanidade e da fraternidade são perenes e os únicos que nos conformam, nos realizam como seres humanos e que nos dão a paz de espírito do dever cumprido.

Não são apenas palavras de circunstância ou fugaz retórica de oportunidade, são sentimentos profundos que temos ao longo do tempo vindo a materializar com os mais diversos atos e ações.

São esses atos que queremos manter no decurso de 2013 e, se possível, ir mais além e que se têm plasmado nas seguintes ações:

FUNDO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

O fundo de solidariedade social tem como objetivo ocorrer a situações de imprevisibilidade na vida dos membros, cuja consequência impossibilite o rendimento necessário para uma vida com um mínimo de dignidade.

Os factos têm que ter uma característica fortuita, isto é acidental e serem comprovados pelas competentes autoridades. Como é evidente o desemprego não se encontra coberto por este fundo, pois sendo uma competência do Estado, tem mecanismos próprios para o seu enquadramento.

Uma das vertentes mais acentuadas deste fundo e, diga-se em abono da verdade, o que genuinamente lhe esteve na origem, é o papel complementar no domínio da reforma dos membros da Ordem.

Nos termos do que se encontra definido, a Ordem através deste fundo, exclusivamente suportado pela Instituição, garante que nenhum Técnico Oficial de Contas quando lhe é atribuído o direito à reforma, deve ficar com um rendimento líquido inferior à remuneração mínima mensal garantida.

Por isso, para os profissionais com a inscrição em vigor na Ordem, não tendo rendimentos de outra proveniência que não sejam os da reforma, mediante comprovação oficial, a Instituição complementa a diferença entre o valor da reforma do membro e a remuneração mínima mensal garantida.

Este fundo tem uma dotação orçamental de 250 mil euros, sendo este valor todos os anos reposto, aquando do apuramento dos resultados.

Até ao momento aquele valor tem-se revelado suficiente para o efeito, mas caso seja necessário o seu reforço, a

Ordem, tomará medidas nesse sentido.

Assim, no decurso do ano de 2013, manteremos o Fundo de Solidariedade dos Técnicos Oficiais de Contas, nos termos descritos e constantes do seu regulamento.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

O seguro de responsabilidade civil, para além da sua previsão estatutária, constitui-se como um verdadeiro escudo protetor dos profissionais na medida em que procura proteger o TOC dos efeitos decorrentes de lapsos técnicos.

Em 2013, a Ordem, a exemplo do que tem acontecido em anos anteriores e nos termos do previsto no regulamento, continuará a oferecer o seguro de responsabilidade civil a todos os membros que tenham a inscrição ativa, se encontrem identificados como responsáveis por contabilidade nos termos do disposto no artigo 10.º do EOTOC e o sujeito passivo objeto do sinistro conste do mencionado artigo 10.º devidamente atualizado e não tenham as suas quotas atrasados por período superior a 90 dias da data do sinistro.

Atente-se que são situações cumulativas, pelo que a não verificação de um dos requisitos é suficiente para a rejeição da cobertura.

Pela análise da evolução deste seguro, tem-se verificado abusos por parte de alguns membros que, recorrentemente, não submetem dentro dos prazos legalmente fixados, uma única declaração.

Ora a oferta do seguro, não é para proteger os profissionais que não cumprem com as suas obrigações, mas sim situações que pela sua complexidade possam gerar situações duvidosas ou perfeitamente acidentais.

Para obter um controle total sobre o descrito, com a entrada em vigor da nova apólice, todas as participações de sinistro são obrigatoriamente apresentadas na Ordem, sendo verificada a sua conformidade e, sendo caso disso, enviadas para a companhia de seguros.

FUNDO DE PENSÕES

Os fundos de pensões, não apenas o da Ordem, mas também todos os outros, por efeito da instabilidade dos mercados bolsistas têm tido rentabilidades muito baixas ou até mesmo, em alguns casos, negativas. Aquando da sua criação, a participação da Ordem no fundo tinha como objetivo alavancar o mesmo, para que gerasse rendimentos que o mantivesse, no mínimo ao nível do esforço financeiro despendido.

As perturbações entretanto geradas nos mercados financeiros,

aportaram aos fundos de pensões não o rendimento esperado, mas sim, em muitos casos, rentabilidades negativas que provocaram erosão financeira nos capitais dos próprios fundos.

Por tal facto, foi gorada a expectativa da Ordem quanto à geração autónoma de rendimentos que mantivesse os capitais entregues, o que foi ainda agravado com o facto de o fundo se confrontar com a saída de grandes valores com o pagamento dos primeiros direitos aos membros. Saliente-se que, não obstante o descrito, os fundos de pensões, em nosso entender, continuam, agora até mais acentuadamente, a ter um papel importante na estabilidade financeira dos reformados, pelo que a Ordem manifesta todo o interesse na sua manutenção e desenvolvimento.

Dentro deste espírito, para 2013, a Ordem definiu um limite máximo que deve garantir como sua participação para o fundo, no sentido que o mesmo desempenhe efetivamente o papel que lhe está adstrito para funcionar como verdadeiro complemento da reforma dos Técnicos Oficiais de Contas.

Não obstante, caso o desenvolvimento financeiro o permita, no decurso do próximo ano, a Ordem contribuirá para o fundo com uma verba de 250 mil euros.

SEGURO DE SAÚDE

A saúde é um bem a que todos temos direito. As medidas de proteção neste domínio, nomeadamente o custo com o seguro de saúde, nem sempre são compreendidas para quem delas não precisa e só nos apercebemos do seu real valor e da sua utilidade, quando a infelicidade nos bate à porta.

Felizmente que na infelicidade de alguns, o seguro tem sido uma importante ajuda para debelar os problemas.

A vivência das realidades descritas, são um meio único para compreendermos a necessidade deste tipo de apoios e, em especial para quem o infortúnio já bateu à porta, compreendem de forma diferente o esforço financeiro que a Ordem tem vindo a fazer neste domínio.

É com este sentimento de utilidade e proteção para os membros da Ordem que no decurso do ano de 2013 ofereceremos gratuitamente o seguro de saúde aos membros que tenham a inscrição ativa na Ordem e no período de renovação da apólice, atendendo as características deste seguro, não tenham as suas quotas atrasadas por período superior a 90 dias.

VII ■ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao longo da sua existência, a Ordem

tem vindo a fazer uma aposta muito séria e consistente no âmbito da sua afirmação internacional. Para uma jovem profissão como é a nossa, particularmente no domínio do interesse público, conhecer como esta atividade é gerida e vivida em outras latitudes, é fundamental para traçar o rumo e a estratégia orientadora da profissão.

Felizmente que, em confronto direto com a realidade internacional, temos tido a oportunidade de confrontar e confirmar que os caminhos que a profissão tem vindo a trilhar, bem como os valores que a norteiam, estão de acordo com as orientações internacionais, estando, nalguns casos, particularmente no que respeita à utilização das tecnologias no exercício da profissão à frente de muitos outros países.

Os valores e os princípios em que sustentamos a profissão coadunam-se com as orientações a nível mundial, conforme aliás bem recentemente se confirmou com a visita de técnicos do IFAC e a aceitação da inscrição da Ordem naquela prestigiada entidade.

É motivo de orgulho para todos os profissionais a integração da Ordem na maior organização mundial da Contabilidade, o que possibilitará uma participação direta na definição e na resolução dos problemas que afetam a nossa profissão.

Consolidada a inscrição no IFAC, a Ordem irá, decurso do ano de 2013, encetar as negociações para a sua inscrição na FEE (*Fédération des Experts Comptables Européens*).

Não obstante o descrito, a Ordem vem, crescentemente, consolidando e aprofundando o seu relacionamento e cooperação com os nossos colegas brasileiros e que tão excelentes resultados tem produzido.

A troca de experiências, para além dos projetos comuns, como é o caso da transferência de conhecimentos, através da qual se procura apoiar a organização e consolidação da profissão nos países de língua portuguesa, tem sido frutuosa. Exemplos disso são a realização intercalada do Prolatino em Portugal e no Brasil, procurando manter viva a memória do mestre e professor António Lopes de Sá, ou a aposta no Encontro Luso-Brasileiro da Contabilidade, onde se discutem problemas e expectativas da evolução contabilística nos dois países.

Através do projeto transferência de conhecimentos, Portugal e Brasil têm vindo a desenvolver diversos contactos. Numa primeira fase, com o Banco Mundial e, numa segunda etapa, efetuando contactos diretos com as organizações profissionais existentes ou em formação nas diferentes latitudes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Angola e Moçambique, países que, no entender dos promotores, os que mais urgência tinham na organização da profissão, já foram objeto de contacto, tendo-se realizado reuniões de diagnóstico da situação e o elencar de eventuais apoios imediatos.

Um desses apoios, no que respeita a Angola, pode manifestar-se na experiência por nós vivida ainda bem recentemente com a criação de estruturas e normas que possibilitem o funcionamento da instituição reguladora.

É dentro desse espírito que no próximo ano, no mês de janeiro se deslocarão a Luanda profissionais das duas entidades promotoras, a Ordem e do Conselho Federal de Contabilidade do Brasil (CFC). Está previsto que estes elementos aí permaneçam o tempo necessário até que aquele objetivo seja conseguido.

A OTOC e o CFC têm vindo, ao longo do tempo, a desenvolver formas e procedimentos quer da gestão da profissão, quer do funcionamento das próprias instituições baseados nas novas tecnologias, possibilitando por essa via novas formas de contacto com os profissionais, novos métodos de formação e novas formas do exercício da profissão.

Este contexto abre enormes possibilidades de relacionamento entre os organizadores e as nossas profissões, com especial relevo para a pos-

sibilidade dos profissionais da CPLP poderem participar na formação à distância promovida pela Ordem e o CFC.

Na verdade, atendendo à estrutura científica da contabilidade e ao facto de todos os países adotarem as normas internacionais de contabilidade, as preocupações, neste domínio, em Portugal e no Brasil são as mesmas que nos restantes países de língua portuguesa.

Atento o exposto, existem condições objetivas para que, quer Portugal quer o Brasil, estudem condições de acesso a este tipo de formação para todos os profissionais de língua portuguesa.

Por parte da Ordem, estamos em condições de imediatamente a partir de janeiro ou até final do corrente ano, disponibilizar mecanismos técnicos de participação na formação à distância, de colegas de Angola e Moçambique.

Também neste domínio esperamos em 2013 proceder à assinatura de protocolos de reciprocidade com todos os países de língua oficial portuguesa. Isto é, um protocolo em que as instituições se obrigam a aceitarem reciprocamente, mediante condições estabelecidas, a inscrição dos respetivos profissionais.

Pensamos que se encontram criadas as condições para, a exemplo de outras profissões, criar uma Asso-

ciação dos Contabilistas Lusófonos abrangendo, sem qualquer exceção todos os países integrantes da CPLP. A Ordem já fez circular entre alguns países da CPLP um projeto daquela associação.

Para além do descrito, a Ordem continuará a participar ativamente nas instituições que atualmente integra, como é o caso da EFAA, onde participa em três grupos de trabalho, no CILEA, onde ocupa uma vice-presidência e no Instituto Internacional de Custos, organizando no próximo ano, no Porto, o congresso anual desta entidade.

Em termos globais a estratégia da Ordem, no que no respeita às relações internacionais, visa consolidar os vínculos já existentes, criar novas relações no sentido de dar a conhecer os seus métodos de trabalho, os seus valores e a perspectiva de evolução da profissão.

VIII ■ OUTRAS AÇÕES

Os documentos previsionais ou de relato até hoje elaborados pela Ordem têm obedecido a uma estrutura que nos parece a mais adequada, atenta a dimensão e heterogeneidade dos membros da Ordem e que consiste em agrupar as iniciativas ou factos em grandes grupos homogéneos, normalmente os que

maior relevância tem para os profissionais.

Como é óbvio, a estratégia seguida, como em tudo, tem aspetos positivos e negativos, sendo os primeiros claramente em maior número.

Desde logo porque permitem uma leitura mais integrada das intenções ou atividade da Ordem, possibilitando uma visão de conjunto mais homogénea e, naturalmente também, reter uma ideia global mais sustentada e fundamentada da Instituição. Não obstante, atendendo à heterogeneidade de intenções e ações, sob pena de termos documentos demasiado extensos e maçadores, torna-se muito difícil enquadrar em grupos homogéneos toda a atividade desenvolvida pela Ordem no decurso de um ano civil.

Daí a necessidade de criarmos um item geral que temos vindo a denominar por “Outras ações”, como é o presente, onde descrevemos as intenções ou atos que não se enquadram nos mencionados grandes grupos.

Neste domínio, no decurso do ano de 2013, pensamos realizar as seguintes ações:

CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS

Com o apoio e colaboração da Universidade do Minho, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

e Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, a Ordem realizará nos dias 18 e 19 de abril de 2013, na Alfândega do Porto, o Congresso Internacional de Custos sob a orientação do Instituto Internacional de Custos (IIC).

Este evento, realizado no ano transato em Punta del Este, no Uruguai, é um dos eventos mais participados pela academia contabilística de todo o mundo, tendo-se constituído como um veículo de excelência para a apresentação de trabalhos académicos, de teses, estudos e ensaios fundamentais para a progressão na carreira académica.

A Ordem ao assumir a responsabilidade pela organização deste evento está consciente dos riscos, mas também o antevê como uma oportunidade de consolidação da sua credibilidade, não só no universo académico português, mas também internacional, daí, não obstante a nossa grande experiência na organização de eventos congéneres, termos solicitado o apoio e a colaboração de entidades cuja credibilidade, rigor e experiência, desde há muito extravasou as fronteiras nacionais.

ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE CONTABILIDADE

Este evento realizado alternadamente entre Portugal e o Brasil, tem-se constituído como uma excelente oportunidade de analisarmos, não

só o espírito de colaboração entre os dois países, mas também questões diversas de estratégia e orientação profissional, onde as visões da profissão se intercetam, se aprofundam teses e ideias e se partilham experiências que tão benéficas se têm revelado para a evolução e consolidação da nossa profissão.

No ano de 2013 compete a Portugal organizar o evento, que terá lugar na cidade de Coimbra, em data a anunciar.

Com o desenvolvimento que este ano se verificou no encontro no Brasil, onde participaram, com exceção de Timor, todos os países da CPLP, é natural que a curto prazo este evento se transforme num encontro da Lusofonia.

ASSOCIAÇÃO DOS CONTABILISTAS LUSÓFONOS

A exemplo do que já acontece com outras profissões a Ordem, no decurso do ano de 2013, procurará dinamizar os restantes interessados na criação desta associação, de forma a consolidar os contactos e a colaboração com os países de língua portuguesa.

Para tal facto, para além dos restantes países, será feito o convite à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas para participar nesta iniciativa, atendendo a que julgamos de todo o interesse que não só a contabilidade, mas também a revisão e auditoria se

encontrem representadas nesta iniciativa.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO GABINETE DE ESTUDOS

A exemplo de anos anteriores, no decurso do ano de 2013, realizar-se-á em Lisboa e Porto, pelo menos, uma conferência internacional organizada pelo gabinete de estudos da Ordem, onde se abordarão os temas que se julgarem mais pertinentes para a profissão.

PRÉMIOS PROFESSORES SOUSA FRANCO E ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA

A melhor forma de homenagearmos aqueles para quem o tempo físico terminou, é lembrarmos os seus escritos, pensamentos, atos e obra que construíram ao longo da vida.

Essa memória dinâmica dos que partiram, em nossa opinião, é a melhor maneira de retirar positividade das diferenças que os individualizaram e que os fizeram, aos nossos olhos, mestres que devemos seguir.

É dentro deste enquadramento que, no decurso de 2013, organizaremos duas conferências onde abordaremos as obras destes mestres e premiaremos os trabalhos que sobre os temas escolhidos se venham a revelar de melhor qualidade para atribuição dos prémios criados com os respetivos nomes.

HOMENAGEM NACIONAL AOS PROFESSORES DOMINGOS CRAVO E JOAQUIM DA CUNHA GUIMARÃES

Por razões inesperadas e imprevisíveis, não foi possível, conforme já esteve programado, realizar a homenagem nacional nas cidades de Aveiro e Lisboa ao professor Domingos Cravo.

É intenção da Ordem, logo que os motivos que a impediram sejam ultrapassados, retomar aquela organização, revivendo na nossa memória aquele ilustre professor, estudioso, amigo e companheiro das viagens contabilísticas, que foi Domingos Cravo.

De igual modo, em 2013, a Ordem, em colaboração com a Universidade do Minho, organizará, na cidade de Braga, uma homenagem nacional ao nosso saudoso professor, colega, companheiro, amigo e parceiro de todas as lutas contabilísticas e associativas, Joaquim da Cunha Guimarães.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO CILEA

A exemplo de anos anteriores a Ordem organizará em 2013, na cidade de Aveiro, a conferência internacional do CILEA, onde abordará questões de índole profissional e técnicas relacionadas com a nossa profissão.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA EFAA

No âmbito do esforço de internacionalização da profissão, em 2013, proporemos na próxima Assembleia Geral da EFAA a realização, em Faro, de uma conferência internacional onde se debatam os problemas de organização das pequenas e médias empresas.

PARCERIAS COM O BANCO DE PORTUGAL

Na execução de uma política de maior e melhor afirmação da profissão e de consciencialização da sua importância na sustentabilidade económica das empresas, a Ordem numa parceria com o Banco de Portugal, procurará criar as condições para uma maior divulgação da importância da informação contabilística nas empresas, bem como da divulgação de elementos estatísticos de grande relevância, não só para o tecido empresarial, mas também para o desenvolvimento e consolidação de setores de atividade da economia portuguesa.

ENCONTRO DE HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A exemplo de anos anteriores, a Ordem continuará a realizar em colaboração com a respetiva comissão especializada o encontro anual de História da Contabilidade. Será a 6ª edição. Para além disso, continuará, interna e externamente a desenvolver a sua

atividade neste importante vetor da contabilidade, na consciência que, conhecendo melhor o nosso passado, torna-se muito mais simples compreender o presente e construir o futuro.

COLÉGIOS DA ESPECIALIDADE

Atendendo ao elevado nível de conhecimentos exigido nos colégios de especialidade, no decurso do ano de 2013, realizar-se-ão conferências organizadas pelos colégios de especialidade onde serão debatidos em profundidade temas interligados com as respetivas especialidades.

OBSERVATÓRIO DA FISCALIDADE PORTUGUESA

Nos termos do espírito das parcerias acordadas entre a Ordem, o Diário Económico e a Associação Fiscal Portuguesa, organizaremos, no próximo ano, pelo menos três conferências abordando as temáticas inerentes às matérias fiscais de acordo com a sua especificidade, de forma a criar-se uma maior consciência da fiscalidade e dos efeitos que ela implica no quotidiano dos cidadãos e empresas.

IX ■ CONCLUSÕES

Transcrever no papel toda a intensidade da vida do dia a dia de uma instituição com as características, dimensão e ambição da Ordem é um exercício nada

fácil. Não só pela contingência que enforma estes documentos, mas também pelas opções que a todo o momento terão que ser tomadas, em consonância com as questões suscitadas.

Daí que o relato, mesmo previsional, fique condicionado a um conjunto muito diversificado de fatores que confirmarão ou justificarão a necessidade de corrigir ou não o que no presente plano de atividades se descreve.

A experiência acumulada com a elaboração deste tipo de documentos ao longo de muitos anos, bem como a sensibilidade que temos demonstrado na leitura de eventuais evoluções, não sendo ciência exata não deixa de nos conferir algum conforto e segurança quanto ao que vos apresentamos.

O ano de 2013 será um ano também de eleições para os Órgãos da Ordem, as segundas desde que foi conferido máximo patamar de organização da profissão.

A dignidade da nossa profissão exige-o e a responsabilidade social que nos é conferida aconselha a que não se confundam os dois momentos, nem se condicione um ao resultado do outro.

Daí que, fazemos votos que o ato eleitoral seja mais um momento de afirmação da nossa profissão, não só da forma ordeira e civilizada como o vivemos, mas também pela lição que damos à sociedade dos valores e princípios que nos regem.

Vertemos neste Plano de Atividades e Orçamento o que nos vai na alma, a

força que nos anima e a vontade inabalável de continuar a construir uma profissão cada vez melhor.

Não ignoramos as dificuldades que todos os cidadãos atravessam e por maioria de razão, as dificuldades vividas pelos Técnicos Oficiais de Contas. Não regatearemos sacrifícios para as tentar minorar, não obstante as nossas manifestas limitações, pelo que não deixaremos de ser uma voz crítica, construtiva e denunciadora do que nos parece estar mal no universo de intervenção dos profissionais.

Sabemos que por vezes somos incómodos, arriscamos percorrer caminhos estreitos, mas a razão e a convicção de que estamos certos dão-nos a força para continuar a lutar contra aquilo que entendemos estar errado e assumimos a nobre e delicada missão de se criar uma maior consciência cívica, moral e fiscal dos portugueses.

Essa também é a nossa missão. Esse também é o nosso rumo, pois temos consciência que numa profissão como a nossa não há uma única verdade, não há um único caminho, mas é preciso ter muita força, muita convicção e muita segurança quanto aos caminhos escolhidos. Como bem se sabe, construir custa muito, destruir é bem mais fácil. É com base nesta convicção, nestes valores e dentro destes princípios que vos apresentamos o plano de atividades para o ano de 2013, o qual terá como suporte de execução o seguinte.

ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2013

INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto na sua alínea a) do artigo 35.º do Estatuto do Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, aprovado pelo Decreto-Lei 310/2009, de 26 de outubro, o Conselho Diretivo deverá «elaborar até 30 de Novembro de cada no, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte».

Por outro lado, nos termos do disposto no número 1 do artigo 33.º-C do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, uma das funções que compete ao Conselho Superior é a de ser «obrigatoriamente ouvido na definição da estratégia global da Ordem e, anualmente, quanto às grandes linhas orientadoras do plano de atividades, emitindo ainda parecer quanto à verificação, no relatório de atividades, da estratégia inicialmente definida».

Cumpridas estas duas obrigações estatutárias, finalmente, nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 30.º, o nosso Estatuto prevê: «A assembleia geral reúne em

sessão ordinária em dezembro de cada ano, para discussão e aprovação do plano de atividades e do orçamento anual para o ano seguinte, elaborado pelo conselho diretivo». Assim, no respeito pela legalidade nos parâmetros do estatuído, o Conselho Diretivo propõe:

CONTEXTO GERAL

A crise financeira que, desde 2007, afeta diversas economias mundiais, alargou os seus contornos, tornando-se numa crise económica com consequências graves para o nosso país. E, muito naturalmente, com reflexos na nossa instituição.

Como anteriormente afirmámos, as preocupações que têm estado em cima da mesa na hora de decidir sobre os recursos de todos nós, tem-se pautado pelo empenhamento ativo na procura de soluções e de critérios para uma gestão zelosa e criteriosa em prol de toda a classe profissional.

Com este pano de fundo, para o próximo ano pretendemos continuar na mesma senda. E, sem esquecer as perspetivas que se projetam, elaborámos uma proposta de orçamento pautada pela prudência, mas sem esquecer o esforço arrojado que tem de continuar a ser feito para atingir os nossos objetivos.

A proposta de orçamento que se apresenta foi elaborada com base nos valores contabilizados até ao mês de setembro, anualizando o valor obtido. Por outro lado, foram excluídos, quer em matéria de rendimentos quer em matéria de gastos, os factos pontuais ocorridos no ano de 2012, como foi o caso do nosso IV Congresso que teve lugar nos dias 14 e 15 de setembro e incluídos os factos que ocorrerão no ano de 2013, como será o caso do ato eleitoral para os órgãos da OTOC, conforme determina o artigo 47.º do nosso Estatuto. Também os valores previstos para a formação, no ano de 2012, ficaram abaixo das nossas expectativas. Daí uma previsão em baixa, no respeito pela prudência orçamental.

Como já o afirmámos, de registar a anuência e compreensão da significativa maioria dos membros quanto aos procedimentos que temos vindo a implementar, com recurso aos meios informáticos, como forma de contribuir para a redução dos gastos.

Antes de passarmos à análise da proposta, uma nota para a nossa abertura às opiniões e sugestões de todos os que pretendem contribuir para melhorar os nossos resultados, no objetivo de dignificação da nossa instituição e classe profissional, aliás no cumprimento do disposto na alínea g) do número 2 do artigo 51.º do EOTOC.

RENDIMENTOS

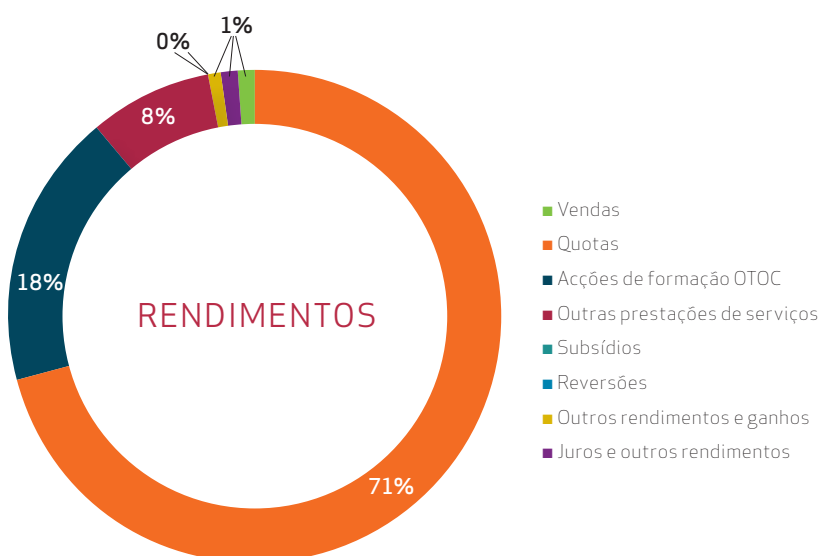
O total dos rendimentos previstos para o ano de 2013 é de 14 910 380 euros, distribuídos pelas rubricas constantes no quadro ao lado.

De acordo com a realidade económica atual e no respeito pelo princípio da prudência, já referenciados e, sobretudo, tendo em conta a execução dos nove meses do ano que decorre, os rendimentos anuais previstos correspondem a uma redução de 2,8% em relação ao último orçamento. O gráfico ao lado facilita a perceção do peso de cada rubrica nos rendimentos globais.

A rubrica das vendas corresponde ao produto obtido com as receitas dos manuais de formação e alguma obra de carácter técnico cuja edição é da nossa Ordem e, sobretudo, com a venda das licenças do projeto TOCOnline, que em novembro foi divulgado por todo o país, junto da classe. Ora, uma vez que temos vindo a disponibilizar aos membros os nossos manuais em ficheiros informáticos de formato pdf, na nossa página da internet, o universo de interessados é cada vez menor, pelo que se tem vindo a reduzir cada vez mais a previsão de vendas destas obras, ano após ano.

A nossa grande fonte de receitas é as quotas que, no presente orçamento, correspondem a mais de 71% do seu valor, prevendo-se um rendimento anual de 10 650 400 euros distribuídos pelos membros efetivos e suspensos.

Rendimentos	Orçamento 2012	Orçamento 2013	Desvio %
Vendas	6 000	77 040	1184,0%
Prestações de serviços	14 239 600	13 658 240	-4,1%
Subsídios à exploração	28 000	10 000	-64,3%
Reversões	25 000	0	
Outros rendimentos e gastos	935 313	1 064 660	13,8%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	105 000	100 440	-4,3%
Total	15 338 913	14 910 380	-2,8%



Para a segunda rubrica mais significativa do orçamento, a formação nas suas diversas modalidades, prevê-se um rendimento total de 2 633 120 euros, correspondentes a 18% do orçamentado, ficando as restantes rubricas com uma parcela de 11%. De salientar que, para o ano de 2012, foi prevista uma receita de 210 000 euros. Como acima se salientou, a orçamentação teve por base a projeção anualizada dos valores acumulados até ao mês de setembro, pelo que a formação que decorre e decorrerá no último trimestre pode prejudicar uma previsão prudente para 2013.

Correspondendo a uma percentagem de 8% da previsão dos rendimentos, temos ainda uma estimativa de 1 228 340 euros que inclui as rubricas de joias, vinhetas, multas e outros rendimentos, tais como as taxas e emolumentos e publicidade.

A renda anual do nosso edifício na Avenida 24 de Julho, n.º 58, num total de 161 840 euros, corresponde a cerca de 1% do total dos rendimentos. Também para o ano de 2013 o ganho proveniente das rendas do nosso prédio da Avenida 24 de Julho n.º 58 está, integralmente, destinado ao Fundo de Pensões.

Apresenta-se nesta página o quadro comparado das rubricas de rendimentos do orçamento para 2012 e a proposta orçamental para 2013. De forma muito sucinta, a redução

Rendimentos	Orçamento 2012	Orçamento 2013	Desvio
Vendas	6 000	77 040	
Prestações de serviços	14 239 600	13 658 240	-4,1%
Jóias	102 000	110 000	7,8%
Quotas	10 609 200	10 650 400	0,4%
Ações de formação OTOC	3 271 840	2 633 120	-19,5%
Formação eventual	1 371 840	1 401 600	2,2%
Formação segmentada	700 000	510 000	-27,1%
Formação permanente	50 000	50 000	0,0%
Formação à distância	690 000	510 000	-26,1%
Formação recorrente	10 000	11 520	15,2%
Conferências	240 000	150 000	-37,5%
IV Congresso OTOC	210 000	0	
Vinhetas	100 560	105 120	4,5%
Multas - processos disciplinares	156 000	159 600	2,3%
Subsídios à exploração	28 000	10 000	-64,3%
Patrocínios ações de formação	24 000	0	
Outros patrocínios	4 000	10 000	150,0%
Reversões	25 000	0	
Outros rendimentos e ganhos	935 313	1 064 660	13,8%
Outros rendimentos suplementares	736 477	853 620	15,9%
Encontro Nacional dos TOC	7 500	7 500	0,0%
Taxas e emolumentos	622 330	755 160	21,3%
Inscrições - Reg. atribuição créditos	28 076	21 960	-21,8%
Publicidade	78 571	69 000	-12,2%
Rendas em propriedades investimentos	156 573	161 840	3,4%
Outros	42 263	49 200	16,4%
Juros, dividendos e out. rendimentos	105 000	100 440	-4,3%
Juros obtidos	105 000	100 440	-4,3%
Total	15 338 913	14 910 380	-2,8%

dos rendimentos está baseada sobretudo na rubrica de redução prevista para as rubricas da formação, na

ordem dos 19,5%, que inclui a verba prevista para as inscrições no último congresso.

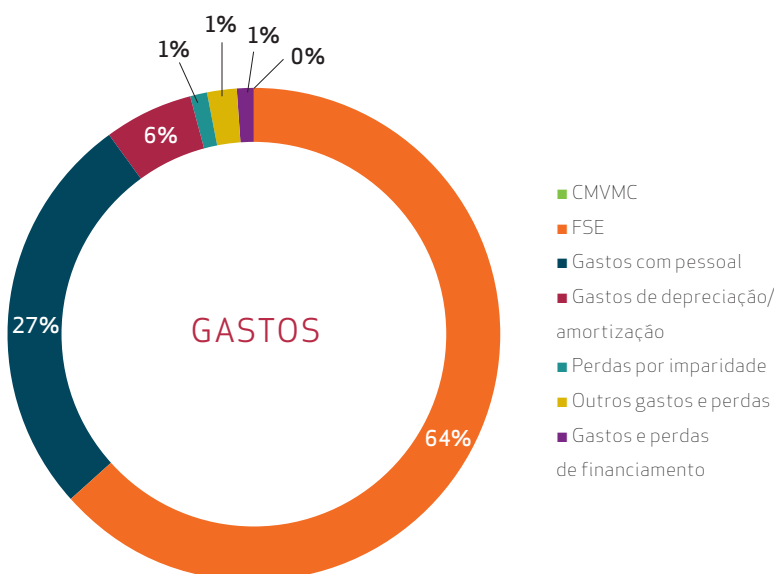
GASTOS

Como não podia deixar de ser, no respeito pelos princípios da consistência, congruência e da já mencionada prudência, os gastos foram previstos na perspectiva de continuidade das políticas de gestão que têm pautado a conduta dos órgãos eleitos para presidirem aos destinos da nossa instituição. Daí que as previsões para os gastos, em caso de dúvida, ao contrário do sucedido com os rendimentos, foram inscritas em alta, embora com razoabilidade.

O quadro ao lado apresenta as principais rubricas de gastos, com os valores orçamentados para 2012 e 2013 bem como o desvio deste face àquele. Em relação a 2013, o quadro anterior evidencia uma previsão de gastos no valor total de 14 545 641 euros, correspondendo a uma redução percentual de 2,3%.

O custo das mercadorias vendidas é pouco significativo face ao afirmado na correspondente rubrica de rendimentos. O custo das matérias consumidas é o grosso do valor desta rubrica e corresponde ao gasto com os materiais previstos serem fornecidos aos membros por ocasião das formações, como são os manuais, esferográficas, blocos de apontamentos e outros consumíveis. Como decorre da natureza da nossa atividade, em matéria de gastos, as rubricas de fornecimentos e serviços ex-

Gastos	Orçamento 2012	Orçamento 2013	Desvio %
CMVMC	91 218	6 440	-92,9%
FSE	9 363 625	9 292 520	-0,8%
Gastos com o pessoal	4 082 108	3 921 630	-3,9%
Gastos de depreciação/amortização	708 675	834 011	17,7%
Perdas por imparidade	150 000	180 000	20,0%
Outros gastos e perdas	301 110	223 800	-25,7%
Gastos e perdas de financiamento	198 324	87 240	-56,0%
Total	14 895 060	14 545 641	-2,3%



ternos são a sua maior parcela, correspondendo a 64% do total dos gastos. Aliás, o mesmo peso relativo verificado no orçamento anterior.

A rubrica de subcontratos inclui, como já o afirmámos em períodos anteriores, o projeto SITOC cujos objetivos têm vindo a ser atingidos, quer em matéria de redução de gastos de produção, envio, acessibilidade quer em matéria ambiental.

As rubricas de trabalhos especializados e de honorários incluem os mais diversos serviços, desde formação, consultadoria fiscal e informática, e advocacia, a que a Ordem recorre com regularidade. Reduzindo-se a previsão da formação, também esta sua componente é afetada, como o serão outras rubricas de gastos, como deslocações, estadas e rendas de espaços e alugueres de equipamentos.

As experiências desenvolvidas em parceria com órgãos de comunicação social contribuíram, significativamente, para a afirmação da nossa classe na sociedade. O momento que vivemos, com as preocupações de transparência e controlo das contas públicas, exige esforço na continuidade da marcação da presença da OTOC e da nossa classe. Daí o investimento para prosseguir na estratégia iniciada.

A vigilância e segurança, bem como a conservação e manutenção das nossas instalações e equipamentos, foram or-

Fornecimentos e serviços externos	Orçamento 2012	Orçamento 2013	Desvio %
Subcontratos	498 490	509 470	2,2%
Serviços especializados	4 969 603	5 143 200	3,5%
Trabalhos especializados	1 729 676	1 715 160	-0,8%
Publicidade e propaganda	389 308	663 500	70,4%
Vigilância e segurança	77 868	78 000	0,2%
Honorários	1 955 753	1 795 520	-8,2%
Conservação e reparação	456 180	535 260	17,3%
Serviços bancários	169 678	163 530	-3,6%
Outros	191 140	192 230	0,6%
Materiais	133 840	122 840	-8,2%
Ferramentas e utensílios	4 000	4 000	0,0%
Livros e documentação técnica	5 200	3 000	-42,3%
Material de escritório	119 640	111 840	-6,5%
Artigos para oferta	5 000	4 000	-20,0%
Energia e fluídos	79 950	109 340	36,8%
Deslocações, estadas e transportes	381 400	445 800	16,9%
Serviços diversos	3 300 342	2 961 870	-10,3%
Rendas e alugueres	606 532	438 140	-27,8%
Comunicação	1 222 248	1 245 860	1,9%
Seguros	1 388 822	1 182 830	-14,8%
Contencioso e notariado	9 120	13 200	44,7%
Despesas de representação	10 000	10 000	0,0%
Limpeza, higiene e conforto	63 620	71 840	12,9%
Total	9 363 625	9 292 520	-0,8%

camentados dentro dos parâmetros realizados e projetados para este ano. Os gastos com os serviços bancários resultam da utilização cada vez mais utilizada, quer via *e-banking* quer através das máquinas disponibilizadas nos serviços, tornando-se um meio indispensável dos tempos modernos.

A rubrica «Outros gastos de serviços especializados» inclui o valor da renda do nosso edifício na Av. 24 de Julho, e que, como acima se afirmou, reverte, integralmente, a favor do Fundo de Pensões Horizonte, no valor de 161 840 euros, sendo o restante distribuído por fornecimentos e

serviços prestados com os gastos na decoração, transportes de materiais de formação, jornais e revistas.

As várias componentes da rubrica de materiais não merecem referência especial, uma vez que se mantiveram valores semelhantes ao ano anterior e a descrição indica a natureza dos gastos.

Já a rubrica «Energia e fluídos» regista um aumento face a alteração da taxa do IVA bem como às informações veiculadas na opinião pública do que nos espera para o próximo ano.

Os gastos com as subrubricas da conta de serviços diversos apresentam uma redução de 10,3% relativamente ao ano anterior. As rendas e alugueres sofrem uma diminuição pelas razões já conhecidas, isto é, redução de formação e gastos inerentes. As duas rubricas mais significativas são as relacionadas com a comunicação e que inclui os gastos com o envio da revista, da correspondência, os gastos com telefones, com a internet e similares.

Cabe aqui uma referência especial à poupança superior a 150 000 euros com o envio do plano de atividades e orçamento e com o relatório e contas, que agora vai ser disponibilizado via eletrónica no sítio da Ordem, em vez de ser inserido na revista TOC como documento autónomo.

De facto, o custo de produção de mais de 70 000 exemplares de cada um destes documentos e correspondentes

custos de envelopagem e envio via postal a todos os membros cifra-se em cerca de 200 000 euros.

A redução da estimativa para esta rubrica não atinge este valor, porque, no ano de 2013, acrescem os custos de comunicação relacionados com o processo eleitoral previsto estatutariamente, bem como a previsão de aumento de custos com a necessidade de adquirir serviços de comunicação de dados de maiores capacidades.

Os gastos com seguros são, sobretudo, os respeitantes ao seguro de responsabilidade civil profissional e o seguro de saúde dos membros com as quotas em dia, suportados pela OTOC. O seguro de responsabilidade civil profissional está orçamentado em 430 163 euros e o de

seguro de saúde em 678 000 euros. O restante corresponde às apólices dos seguros multirriscos, acidentes pessoais em viagem, de responsabilidade civil dos órgãos, viaturas, etc.

O valor total previsto para os fornecimentos e serviços externos regista uma redução de 0,8% dos gastos em relação ao ano anterior.

A rubrica de gastos com pessoal prevê uma redução de 3,9% em relação ao orçamento do ano passado. Deve-se ao facto de se ter mantido o quadro de pessoal, num total de 116 colaboradores, ao contrário do que inicialmente se previu que sucederia em 2012 e da execução projetada com os valores acumulados a setembro último.

Gastos com pessoal	Orçamento 2012	Orçamento 2013	Desvio %
Remunerações Órgãos da Ordem	725 760	725 760	0,0%
Remunerações do pessoal	2 572 629	2 439 500	-5,2%
Encargos sobre remunerações	649 019	636 830	-1,9%
Seguros de acidente no trabalho	21 400	14 292	-33,2%
Gastos de ação social	32 000	30 000	-6,3%
Outros gastos com o pessoal	81 300	75 248	-7,4%
Total	4 082 108	3 921 630	-3,9%

As depreciações previstas estão dentro dos parâmetros habituais, tendo em conta o período de vida útil esperada bem como as aquisições.

Quanto às imparidades, dado o contexto da economia nacional, por prudência, previmos um aumento de 30 000 euros, em relação ao período anterior.

Quanto à rubrica «Outros gastos e perdas», esta previsão inclui estornos de quotas e gastos diversos não previstos nas rubricas anteriores e que inclui apoios e patrocínios atribuídos a diversas instituições, nomeadamente do ensino superior, no âmbito de atividades desenvolvidas relacionadas com a contabilidade e fiscalidade.

No que toca às verbas previstas para gastos e perdas de financiamento, a redução deve-se, sobretudo, ao facto de os juros da nossa operação de financiamento das instalações na Av. Barbosa do Bocage baixarem significativamente, à medida que as prestações de pagamento de capital vão sendo cada vez maiores, na sequência da operação de financiamento oportunamente negociada.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

O investimento proposto para o próximo ano é de 901 400 euros, distribuídos como se pode ver no quadro ao lado.

Outros gastos	Orçamento 2012	Orçamento 2013	Desvio %
Gastos de depreciação e amortização	708 675	834 011	18%
Propriedades de investimentos	39 975	39 980	0%
Ativos fixos tangíveis	668 700	794 031	19%
Perdas por imparidade	150 000	180 000	20%
Em dívidas a receber	150 000	180 000	20%
Outros gastos e perdas	301 110	223 800	-26%
Impostos	36 300	36 322	0%
Donativos	103 450	31 450	-70%
Quotizações	36 027	36 028	0%
Outros	125 333	120 000	-4%
Gastos e perdas de financiamento	198 324	87 240	-56%
Juros de financiamento obtidos	13 211	10 200	-23%
Juros contrato de locação financeira	185 114	77 040	-58%

O projecto «WebTV» já tem vindo a ser implementado, conforme todos sabemos e podemos constatar a partir do nosso sítio da internet. Mas trata-se dum projeto evolutivo que vamos desenvolvendo passo a passo.

De forma semelhante, temos vindo a implementar o sistema de formação à distância, na medida do possível, com recursos e meios próprios, isto é, com os nossos técnicos informáticos e adquirindo novos e necessários equipamentos.

Investimentos	Orçamento 2012	Orçamento 2013
Ativos intangíveis	0	221 400
TOCOnline	0	221 400
Ativos fixos tangíveis	400 000	680 000
Equipamento administrativo	400 000	680 000
Projeto «Web TV»	250 000	180 000
Equipamento informático	150 000	500 000
Investimentos em curso	500 000	0
Casa do TOC	500 000	0
Total	900 000	901 400

Como tem sido divulgado, pretendemos alargar os serviços informatizados para novas áreas e melhorar os disponibilizados, nomeadamente os relacionados com o projeto «TOC-Online», melhorar as competências da Pasta TOC, bem como os serviços relacionados com a formação à distância. Daí o acentuado investimento em programas informáticos adequados para estes fins.

CONCLUSÃO

A proposta de orçamento para o ano de 2013 vem na sequência da gestão que tem pautado a vida da nossa Ordem. Isto é, os recursos coletivos da nossa classe profissional têm sido geridos numa perspetiva de afirmação social, profissional e preocupação ambiental, sem nos alhearmos da realidade económica atual portuguesa. Assim, com a previsão de 14 910 380 euros de rendimentos e ganhos

Demonstração individual dos resultados por naturezas	2012	2013
Vendas e serviços prestados	14 982 077	14 588 900
Subsídios à exploração	28 000	10 000
Custos das MVMC	-91 218	-6 440
Fornecimentos e serviços externos	-9 363 625	-9 292 520
Gastos com o pessoal	-4 082 108	-3 921 630
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-125 000	-180 000
Outros rendimentos e ganhos	198 836	211 040
Outros gastos e perdas	-301 110	-223 800
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento, impostos	1 245 852	1 185 550
Gastos de depreciação e amortização	-708 675	-834 011
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	537 177	351 539
Juros e rendimentos similares obtidos	105 000	100 440
Juros e gastos similares suportados	-198 324	-87 240
Resultado antes de impostos	443 853	364 739

face ao pressuposto de gastos no valor de 14 545 641 euros, teremos um resultado positivo previsto de 364 739 euros para o ano de 2013, conforme demonstração de resultados apresentada.

Nos termos do nosso Estatuto, ouvido o Conselho Superior, em sua reunião de 20 de novembro de 2012, último, o presente orçamento foi aprovado em reunião do Conselho Diretivo de 21 de novembro de 2012. ■

Conselho
Diretivo

Bastonário

Vice-presidente

Vogal

Vogal

Vogal

Vogal

Vogal



A. Domingues
de Azevedo



Armando
Pereira Marques



Jaime Soares
dos Santos



Filomena M. Felgueiras
A. L. Moreira



Manuel Vieira
de Sousa



Ezequiel
Fernandes



Rita
Cordeiro

PARECER DO CONSELHO SUPERIOR SOBRE PLANO DE ATIVIDADES PARA 2013

O Conselho Superior da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas reuniu, em plenário, no dia 20 de novembro de 2012, a partir das 15 horas, a fim de se pronunciar, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º C do EOTOC, sobre as grandes linhas orientadoras do plano de atividades para 2012, a apresentar, pelo Conselho Diretivo, à Assembleia Geral, para discussão e aprovação nos termos estatutários.

O Conselho Superior realizou uma profunda e detalhada análise do conteúdo do documento que lhe foi apresentado sublinhando, em especial, a correção da estratégia global de ação definida, bem como os objetivos traçados para algumas áreas nucleares como a formação e a comunicação.

Reconheceu, de igual modo, a qualidade progressiva e crescente da política de apoio aos membros, quer no aspeto técnico quer nos aspetos de natureza social.

Congratulou-se com os compromissos da Ordem, no domínio das relações internacionais, muitos dos quais já concretizados ou em vias de concretização, reconhecendo a importância para o reforço da credibilidade da instituição e para os benefícios decorrentes da troca de experiências diversas mas complementares, da presença da OTOC nas diversas organizações internacionais.

Finalmente, o Conselho Superior deliberou, com a unanimidade dos seus membros aprovar a proposta apresentada pelo Conselho Diretivo sobre o Plano de Atividades para 2013 recomendando à próxima Assembleia Geral a realizar a 15 de dezembro que dê o seu apoio e acordo ao documento sob análise.

Bastonário	Vice-presidente	Rep. do Norte	Rep. do Centro	Rep. do Sul	Rep. da Madeira	Rep. dos Açores	Elemento cooptado	Elemento cooptado	Elemento cooptado	Elemento cooptado
										
Domingues de Azevedo	Armando Pereira Marques	José Alberto Pinheiro Pinto	José das Neves Raimundo	António Nabo	Carlos Pinto	Fernando Andrade	António José Alves da Silva	Avelino Antão	João Lopes Ribeiro	Leonel Pontes



OTOC
ORDEN DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS